

RELATÓRIO DE GESTÃO

2023



**PGE**

PROCURADORIA-GERAL  
DO ESTADO DO PARÁ

**RICARDO NASSER SEFER**  
Procurador-Geral do Estado

**ANA CAROLINA LOBO GLUCK PAÚL**  
Procuradora-Geral Adjunta do Contencioso

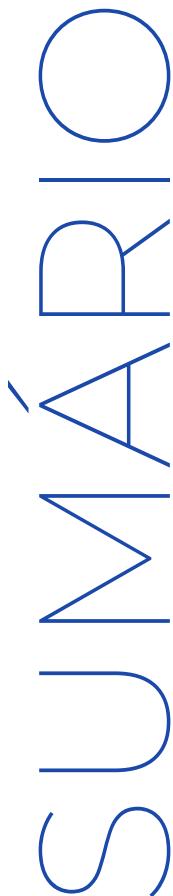
**ADRIANA FRANCO BORGES GOUVEIA**  
Procuradora-Geral Adjunta Administrativo

**ANA CLAUDIA S. DOS SANTOS ABDULMASSIH**  
Corregedora-Geral

**IÊDA ANDRADE FERNANDES ALVETTI**  
Coordenadora do Núcleo de Planejamento

EXERCER A  
REPRESENTAÇÃO  
JURÍDICA E O  
ASSESSORAMENTO NA  
CONSTRUÇÃO DE  
POLÍTICAS PÚBLICAS  
DO ESTADO, SENDO  
INSTRUMENTO DE  
PROMOÇÃO DA  
JUSTIÇA E  
DESENVOLVIMENTO  
SOCIAL

SER MODELO DE ADVOCACIA PÚBLICA,  
ESPECIALMENTE NA ATUAÇÃO  
PREVENTIVA, CONCILIATÓRIA E  
MULTIPLICADORA DE CONHECIMENTO  
JURÍDICO.



01.

MENSAGEM DO PROCURADOR-GERAL

02.

APRESENTAÇÃO

03.

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

04.

DEFESA DE DIREITOS DO ESTADO

05.

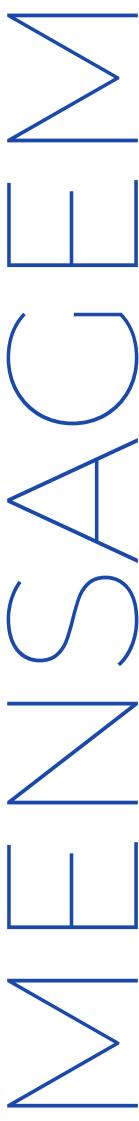
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

06.

GESTÃO DE PESSOAS

07.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Caro cidadão paraense,

O ano de 2023 representou um marco na história da Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE/PA). A aprovação da Lei Estadual N° 9880/2023 consolidou no órgão a gestão completa das áreas-meio e fim de todos os profissionais jurídicos efetivos, reafirmando o papel de instituição gestora dos servidores jurídicos dos Poderes, instituições autônomas e entidades do Pará.

São tempos desafiantes. Como toda política de Estado, os resultados virão a curto, médio e longo prazo, sempre dependentes de muito trabalho e dedicação das pessoas que constroem esse novo momento.

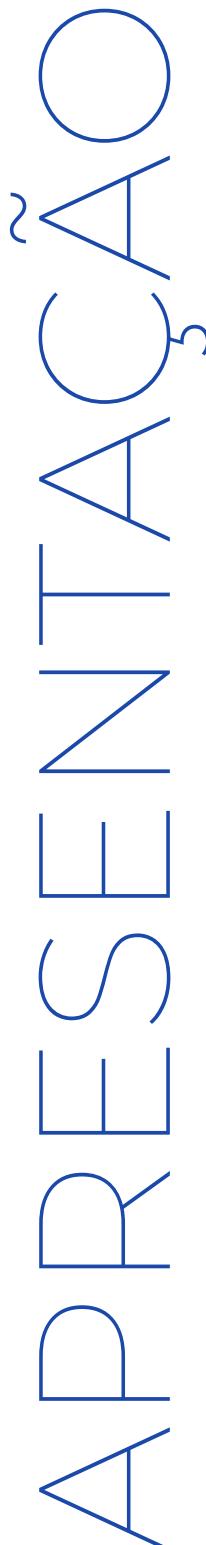
Ética, excelência, humanização, inovação e transparência são alguns dos valores que direcionam a atuação de todos que fazem e representam a PGE/PA.

Os números desse relatório representam uma gestão focada na valorização e qualificação das pessoas, crente nas técnicas de planejamento estratégico como instrumento de aprimoramento das instituições, focada na aproximação contínua do gestor na área de consultoria e prevenção, comprometida com os métodos alternativos de solução de conflitos como prioridade frente a judicialização desenfreada, tudo isso para permitir ganho de produtividade e eficiência na prestação do serviço público que nos compete.

Prestar contas é dever legal e obrigação moral de todos que lidam com coisa pública. A consolidação de informações a seguir demonstra à sociedade paraense que o investimento feito na sua Procuradoria-Geral tem valido a pena. Somos orgulhosos do que fizemos até aqui e ansiosos por apresentar o muito que está por vir.

Boa leitura!

Ricardo Sefér  
Procurador-Geral do Estado do Pará



A PGE/PA responde pela consultoria e representação judicial e extrajudicial do Estado do Pará. Sua missão contribui para o desenvolvimento da sociedade paraense mediante a defesa de direitos do Estado e promoção de justiça.

Com base nos valores ética, excelência, humanização, inovação, profissionalismo e transparência, a PGE/PA almeja tornar-se exemplo de excelência em advocacia pública, a partir da adoção de posturas cada vez mais preventivas, colaborativas e da disseminação de conhecimento jurídico.

Ao longo dos anos, tem consolidado seu papel e importância e, para este fim, conta com uma equipe de profissionais altamente capacitados e comprometidos, cujo trabalho tem se traduzido em inovações na prestação de serviços à sociedade.

Este relatório foi elaborado pelo Núcleo de Planejamento (Nuplan), a partir de uma construção coletiva com participação ativa de todos os Procuradores-Chefe, Chefes de Secretaria, Diretores, Coordenadores e Gerentes da PGE/PA. Seu objetivo é avaliar o desempenho institucional e orçamentário do Órgão no exercício 2023, último ano do atual Plano Plurianual (PPA).

As análises que apresenta foram organizadas para conectar informações que se complementam e baseiam-se em dados do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual (Sigplan) e do Sistema de Execução Financeira e Orçamentária do Estado do Pará (Siafe).

A busca pelo desenvolvimento sustentável é cada vez mais relevante e baseia-se em eixos interconectados: econômico, social, ambiental, cultural e institucional.

Em relação aos órgãos jurídicos, a Agenda 2030 estabelece o **ODS 16 para promover sociedades pacíficas e inclusivas**. O Brasil estabeleceu uma agenda com doze metas para esse ODS e o Estado do Pará tem feito aportes significativos para atualizar os Cadernos ODS\*.

O **ODS 16 facilita o alcance dos demais objetivos**, pois a paz é pré-requisito para suprir outras necessidades humanas, como trabalho, saúde etc.

A caminho da COP30, o Pará não apenas abraça a causa da sustentabilidade, mas a torna eixo central de atuação institucional. Vejamos a seguir as contribuições da PGE/PA à meta 6 do ODS 16:

ODS 16  
META 6

# AMPLIAR TRANSPARÊNCIA, ACCOUNTABILITY E IDADE DAS INSTITUIÇÕES, EM TODOS OS NÍVEIS.

A **meta 6 do ODS 16** estabelece que a **integridade no serviço público é requisito essencial** no atual estágio de amadurecimento das democracias. Trata-se de medida central para proteger princípios constitucionais e assegurar direitos e garantias fundamentais.

Sua implementação requer ações para garantir acesso à informação, promover transparência e aumentar o desempenho institucional, que podem ser materializadas com a promoção de capacitação de servidores, a implementação de regulamentos eficazes, a prestação de contas e a manutenção de canais de comunicação acessíveis etc.

**A PGE/PA contribui com diversos ODS e vincula-se diretamente à meta 6 do ODS 16** por seu compromisso com valores que estimulam uma sociedade mais inclusiva, justa e pacífica. São eles: **ética, excelência, humanização, inovação, profissionalismo e transparência.**

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram criados pela ONU em 2015 como parte da Agenda 2030, de combate à pobreza e proteção ambiental.



\* Disponível em: [https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2023/11/GovPA\\_RelatorioODS\\_2023\\_BR\\_14.11.pdf](https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2023/11/GovPA_RelatorioODS_2023_BR_14.11.pdf)

Como contribuição para o alcance do ODS 16.6 no Estado, em 2023 a PGE/PA trabalhou para fazer entregas conectadas aos seus valores institucionais.



## TRANSPARÊNCIA

Através do portal **SIC.PA** qualquer pessoa, física ou jurídica, pode encaminhar pedidos de informação sobre assuntos relacionados aos Órgãos/Entidades do Poder Executivo. Na PGE/PA, o **Acesso à Informação** fica a cargo da Escola Superior de Advocacia Pública (ESAP).



314 pedidos de acesso à informação  
**242 pedidos atendidos (89%)**

17 negados com respaldo em sigilo profissional  
42 não eram pedidos (excluídos da totalização)

Outra ação foi a realização de pesquisas para ampliar a voz do cidadão e incorporar a percepção de servidores na gestão. As pesquisas de opinião integram um processo sistemático de busca, coleta e análise de dados, para conhecer o que as pessoas pensam a respeito da atuação e gestão da PGE/PA e, assim, qualificar a tomada de decisão. Sua realização, e divulgação dos resultados, promove transparência.

Para a PGE/PA as pesquisas são relevantes para avaliar o cumprimento da missão e alcance dos valores institucionais. Realizadas há cerca de 5 anos, a seguir é possível conferir o resumo de 2023.

O resumo das pesquisas realizadas em 2023 indica o seguinte cenário:

pesquisa  
EXTERNA  
67 respostas

- As **respostas da PGE/PA são ágeis**. Podem melhorar com novos canais de atendimento: chat e aplicativo;
- **O serviço que a PGE/PA presta é de alta qualidade;**
- Maioria das respostas a todos os itens: **excelente** e **bom**;
- **Destaques para celeridade e agilidade** (77% consideram excelente/bom o item. Em 2022 eram 56%);

pesquisa  
INTERNA  
(clima institucional)  
103 respostas

- Evoluções notadas entre 2022 e 2023:
  - Aumento no sentimento de valorização, que foi de 14% para 46%;
  - O poder de autonomia passou de 40% para 50% na avaliação das pessoas pesquisadas;
  - Feedback evoluiu de 55% para 60%;
  - Aumentou o sentimento de pertencimento a uma equipe (de 67% para 73%).

Duas outras pesquisas foram feitas em 2023 para identificar:

- Demandas de tecnologia da informação, pela Diretoria de Tecnologia de Informação e Gestão Documental (DTIGD);
- Questões sobre equidade de gênero por comissão interna. Os resultados ainda não foram compartilhados com a comunidade, mas a abordagem é um marco inédito que tende a ter sua discussão aprofundada.

Para ampliar a transparência e o diálogo, o planejamento estratégico apontou a necessidade de novo canal de atendimento, idealizado coletivamente como **PGE Cidadão**. O projeto está em fase de elaboração, com previsão de implantação a partir de 2024, e deve integrar diversos serviços.

## HUMANIZAÇÃO

O acesso à justiça efetiva direitos fundamentais e viabiliza sociedades pluralistas e pacifistas. Logo, promove e sobreleva a dignidade da pessoa humana.

Métodos alternativos reduzem a litigiosidade e estimulam soluções democraticamente construídas que garantem efetividade à atuação estatal.

Em 2023, a atuação da PGE/PA, via Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem (**CAMPGE**) contribuiu para o acesso humanizado à justiça e resultou em economia de tempo e de recursos.

O destaque vai para o número de atendimentos à sociedade (4.214) e para o número de acordos fechados (2.413) em 2023 pela **CAMPGE**.

**2 . 4 1 3**  
ACORDOS  
EM 2023

**4 . 2 1 4**  
ATENDIMENTOS  
EM 2023

**9 . 5 3 8**  
ACORDOS  
NO PPA (2020-23)



Acordômetro, serviço disponibilizado na página institucional da PGE/PA:  
<https://www.pge.pa.gov.br/servicos/acordometro-pcam>.

### RESUMO DA ECONOMIA setembro/2022 a agosto/2023

Diretas Civil	R\$26.035.439,35
CAMPGE (decisão definitiva)	R\$ 7.477.521,77
CAMPGE (sem decisão definitiva)	R\$10.241.981,20
Cosanpa/PFN	R\$59.392.642,82
<b>Total</b>	<b>R\$69.634.624,02</b>
5% Precatórios/RPV e CAMPGE com decisão definitiva	R\$1.675.648,06
1% CAMPGE sem decisão definitiva	R\$696.346,24
<b>Total Geral</b>	<b>R\$2.371.994,30</b>

A PGE/PA tem adotado estratégias inclusivas, ágeis e proativas. Os canais de comunicação com a sociedade privilegiam o atendimento humanizado, são variados e atingem diversos públicos:

- Atendimento presencial e por telefone;
- Mensagens via correio eletrônico;
- Contato através da página institucional;
- Perfis em redes sociais.



seguidores  
Instagram: 21,2 mil  
Facebook: 3,5 mill  
Youtube: 733

## EXCELÊNCIA

Há seis anos a PGE/PA lidera uma eficiente **Política de Gestão Documental**. Até outubro de 2023, considerando o acumulado desde sua implantação, **5.056.426 páginas já foram digitalizadas** e mais de 100 mil processos eliminados. Em 2023, **726.133 páginas foram digitalizadas e 4.533 processos físicos, eliminados**.

A atuação da PGE/PA é destaque entre os Órgãos do Poder Executivo e tem servido de modelo para treinamentos ministrados pela Escola Superior de Governança Pública (EGPA). Para destinar os resíduos, a PGE/PA tem parceria com cooperativas de catadores que, a cada dois meses, recebem **100 quilos de papel** picotado para reciclagem.

**1.787**  
PESSOAS  
CAPACITADAS  
EM 2023

A **Escola Superior de Advocacia Pública (ESAP)** é órgão interno de assessoramento, informação, ensino, pesquisa e extensão, dotado de autonomia técnico-pedagógica e subordinado ao Procurador-Geral. Suas atribuições incluem a promoção de eventos técnicos (cursos, seminários, palestras etc) para aprimoramento intelectual e profissional na área jurídica.

Trata-se de uma estratégia para promover **qualificação jurídica** na administração pública estadual, a partir de um claro compromisso institucional em relação à aprendizagem contínua para o desenvolvimento de novas competências e habilidades.

Entre **2019 e 2023, quase 9 mil pessoas (8.787) foram capacitadas** pela ESAP, média de 1.750 pessoas/ano. Em 2023, 1.787 pessoas, entre servidores, profissionais e estudantes, foram capacitadas em 47 eventos. Destaque para a **qualificação de assessores da administração direta e indireta: 889 profissionais**.

Em 2023, a PGE/PA iniciou a implementação de mudanças na **gestão da frota automotiva**, com a conversão do veículo utilizado para transporte do Procurador-Geral, de matriz fóssil, para elétrica. O carro elétrico é menos poluente, mais silencioso e tem mais eficiência energética. Além disso, os custos de abastecimento e manutenção são menores.

**101.135**

PROCESSOS FÍSICOS  
ELIMINADOS EM 6  
ANOS

**8.787**

PESSOAS  
CAPACITADAS  
EM 6 ANOS

Em 2023 a PGE/PA contratou de forma eficiente e eficaz.

Classificação	Valor (R\$1,00)
<b>Material</b>	<b>R\$250.336,91</b>
Consumo	12.747,60
Permanente	237.589,31
<b>Serviço</b>	<b>R\$4.109.708,30</b>
Continuado	2.596.995,30
Não continuado	1.512.713,00
<b>Tecnologia da Informação</b>	<b>R\$8.256.251,62</b>
Hardware	2.969.358,98
Software	1.472.293,78
Serviço	3.814.598,86
<b>Gestão do Conhecimento</b>	<b>R\$392.886,00</b>
Instrutoria	130.983,00
Instrumento de pesquisa	261.903,00
<b>Obra</b>	<b>R\$113.800,43</b>
Reforma	113.800,43
<b>TOTAL</b>	<b>13.122.983,26</b>

**114**  
contratos celebrados

**44%**  
dos contratos voltados para capacitação jurídica  
(51 contratos de instrutoria)

**63%**  
dos investimentos para Tecnologia da Informação

**0,09%**  
Investimento consciente em material de consumo

## RESUMO DAS CONTRAÇÕES REALIZADAS EM 2023

Em 2023 a PGE/PA focou em eficiência orçamentária e priorizou a qualidade do investimento de recursos públicos. Com isso, apenas 0,09% do orçamento foi alocado em material de consumo e, em contrapartida, houve robustos investimentos em tecnologia da informação e formação continuada.

Também foi o ano de instituir boas práticas na governança das compras públicas, alinhadas ao PEI e à Nova Lei de Licitações (Nº14.133/2021). Assim, com amparo no Decreto Estadual Nº2.227/2022, e na Portaria interna Nº212/2023-PGE.G, PGE/PA estruturou os seguintes materiais:

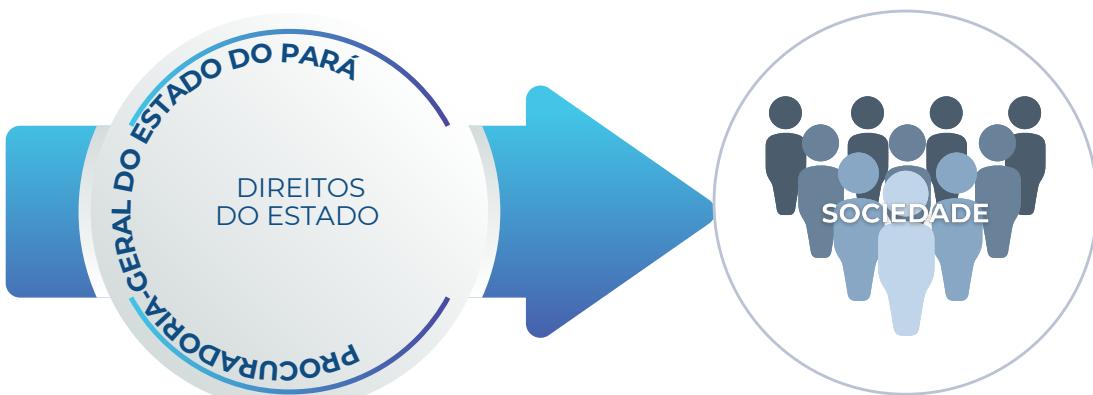
### Plano Anual de Contratações (PAC)

Para mapear e disponibilizar à sociedade o resumo das compras e contratações planejadas para 2024. Visa contribuir com o mercado para aumentar chances de êxito das contratações no âmbito da PGE/PA.

### Plano de Tratamento de Riscos dos Macroprocessos de Contratação

Orienta procedimentos de mapeamento e classificação de riscos a partir de uma matriz, conta com recomendações para aprimoramento organizacional em relação às compras públicas.

O Estado do Pará existe para articular políticas públicas que garantem a efetivação de direitos fundamentais (vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade). Para contribuir com esse objetivo, **a PGE/PA realiza com exclusividade a defesa dos direitos do Estado no plano jurídico**, tanto nas esferas judicial e administrativa, quanto consultiva.



**A atuação da PGE/PA viabiliza a implementação de políticas públicas em diversas áreas e escalas de proteção**, em ações relacionadas à defesa de competências e prerrogativas, enfrentamento de questões territoriais e ambientais de grande impacto e repercussão, defesa de interesses em todas as esferas e instâncias, suporte para incremento da arrecadação, uniformização de entendimentos na administração direta e indireta, além da defesa da legalidade e da constitucionalidade etc.

No Plano Plurianual (PPA), o produto dessa ação é “processo analisado” e, numericamente, qualifica a atuação da PGE/PA a partir da avaliação do volume da movimentação processual mensal.

Uma análise mais apurada dos dados, entretanto, revela que, quanto mais processos são movimentados, mais presente e forte na sociedade é a atuação do Órgão que defende os interesses do Estado.

O comparativo entre 2023 e anos anteriores indica um cenário de franca escalada e sinaliza que o aumento da litigiosidade, pela via da ampliação do acesso à justiça, tem sido devidamente suportado pela PGE/PA.



O PPA é estabelecido por lei, com vigência de quatro anos (médio prazo), e estabelece as diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos pelo poder público

# DEFESA DE DIRIETOS DO ESTADO

PROCESSOS MOVIMENTADOS EM 2023

- 265.040 mil  
Região Guajará  
Belem e Brasília
- 76.618 mil  
Região Carajás  
Marabá\*
- 85.857 mil  
Região Baixo  
Amazonas  
Santarém\*



**960.678**  
PROCESSES NO PPA

- 437.730 em 2023
- 348.653 em 2022
- 93.359 em 2021
- 80.936 em 2020

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ  
humanização inovação profissionalismo  
transparéncia ética excelência

**4 3 7 . 7 3 0**  
PROCESSOS EM 2023

**81%**



DÍVIDA ATIVA	<b>169.417</b>
REGIONAL SANTARÉM*	<b>85.857</b>
REGIONAL MARABÁ*	<b>76.618</b>
DEMANDAS DE MASSA	<b>60.603</b>
PRECATÓRIOS E RPVS	11.578
CÍVEL, TRABALHISTA E ADMINISTRATIVO	8.788
FUNDIÁRIA, MINERÁRIA E AMBIENTAL	6.224
SETORIAL BRASÍLIA	3.039
FISCAL	2.888
CONSULTIVA E ATOS DO GOVERNADOR	2.029
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO	274

\* inclui processos de especializadas (PFAM, PDA).

**Ação proposta pelo Estado julgada procedente**, com reconhecimento da mora constitucional e determinação de prazo para o Congresso legislar. Se isso não acontecer até junho de 2025, o TSE poderá ajustar a representação parlamentar do Estado.

**Ação vanguardista, de grande relevância, com pedidos sofisticados integralmente deferidos pelo Supremo.**

Ação com **potencial de desestruturar o sistema previdenciário estadual** sob alegação de que militares e civis não podiam conviver na legislação previdenciária. Seu acolhimento traria altos custos para recompor fundos previdenciários e pagamento de retroativos. **Julgada improcedente.**

Ação ajuizada para desconstituir sentença do STF na ACO 714, que reconheceu como correta a divisa atual entre os Estados do Pará e Mato Grosso. **Seguimento negado após contestação do Estado do Pará.**

A ação da PGR foi julgada procedente e, como efeito, servidores estatutários não estáveis deveriam ser retirados do regime próprio. **O Estado recorreu e obteve modulação de efeitos da decisão**, para preservar servidores estatutários não estáveis com tempo para aposentadoria no regime próprio.

Em Brasília, a **Procuradoria Setorial** representa o Estado do Pará.

**ADO N° 38**

Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão do Congresso Nacional. Tema: Déficit de 4 Deputados Federais na bancada paraense, por mudança demográfica e ausência regulamentação art. 45, §1º da CF.

**ADI N° 5.154**

Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) em 2014. Tema: Regime de Previdência de militares e servidores.

**AÇÃO RESCISÓRIA**

**N° 2.964**

Ajuizada pelo Mato Grosso. Tema: Conflito federativo e divisa territorial.

**ADI N° 7.198**

Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada pela Procuradoria-Geral da República (PGR). Tema: Constitucional Previdenciário.

Para uniformizar entendimentos jurídicos na administração Direta e Indireta, em 2023 as Procuradorias Consultiva (**PCON**) e de Assessoramento Jurídico à Chefia do Poder Executivo (**PGOV**) elaboraram **936 peças**. Nos últimos 5 anos **5.699 peças consultivas** foram elaboradas pelos dois setores.

Também foram publicados **4 manuais em 2023\***, com orientações sobre consultoria e pesquisa jurídica, patrimônio verde e identidade visual, esses dois últimos de autoria de outros setores.

**999**  
PARECERES

**79**  
NOTAS  
TÉCNICAS

**47**  
MANIFESTAÇÕES

### NOVOS PROGRAMAS

Alfabetiza Pará  
Educação escolar indígena  
Escola Segura  
Dignidade Menstrual nas Escolas  
Dinheiro na Escola  
Segurança Alimentar Nutricional

**5.699**  
PEÇAS EM 5 ANOS

### NOVAS POLÍTICAS

Política Estadual de Assistência Social  
Educação Formal para o Meio Ambiente

**588**  
PROJETOS DE LEI  
ANALISADOS  
16 VETOS INTEGRAIS

### NOVAS SECRETARIAS DE ESTADO

Povos **Indígenas**  
Igualdade Racial e Direitos Humanos

**1.269**  
ATOS NORMATIVOS  
NA BASE DE DADOS

### ALGUNS TEMAS REGULAMENTADOS

- Benefício a famílias em vulnerabilidade social por calamidade;
- Programa Qualifica Servidor;
- Programa Estadual Estrutura Pará;
- Câmara Técnica de Políticas Públicas para Mulheres;
- Programa de Educação e Formação Superior “Forma Pará”;
- Programa Dinheiro na Escola Paraense;
- Comitê Estadual para captação de recursos para políticas públicas sobre conservação ambiental e mudanças climáticas.

**446**  
DECRETOS ANALISADOS

\* Confira: <https://www.pge.pa.gov.br/publicacoes/manuais>

As Procuradorias da Dívida Ativa (**PDA**) e Fiscal (**Profisco**) caminham para a total digitalização do acervo processual. Em 2023, 80% do legado de Cédulas da Dívida Ativa (CDA) da Secretaria de Fazenda (Sefa) foram vinculados a processos judiciais, o que indica avanços em relação à digitalização da dívida ativa. A seguir, os principais destaques em 2023:

- Ajuizamento de 4 ações cautelares contra grupos econômicos que praticaram fraudes tributárias;
- Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) em ações sobre incidência de imposto de renda sobre Gratificação de Complementação de Jornada Operacional de servidores civis e militares estaduais. Objetivo: garantir **isonomia e segurança jurídica**;
- Estabelecimento de requisitos para **apólice de seguro como garantia de crédito estadual** em âmbito administrativo, sem necessidade de recorrer ao Judiciário (Portaria N°432/2023);
- Atuação com a Setorial Brasília na **suspensão de decisão judicial** que causaria imediato prejuízo de R\$ 98 milhões ao erário estadual;
- Criação do **Núcleo de Transação Tributária** e ampliação do **Núcleo de Cobrança Administrativa**, que protestou 166.417 títulos, no valor de R\$6.831.126.218,50, com 5.134 títulos já quitados (R\$9.347.953,94)\*;
- Uso do parcelamento para regularizar inadimplência. O valor negociado pela PGE/PA (pago/parcelado) em 2023 gerou uma carteira de R\$ 92.239.350,79;
- Destaque para a recuperação tributária\*\*. De janeiro a agosto de 2023 o Estado **arrecadou R\$1.145.819.916,00 em dívida ativa e Prorefis**;
- **Extinção de 4.077 Execuções Fiscais** que cobravam Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) de pessoas físicas, para focar na recuperação de créditos que incrementam a arrecadação.

**R \$1bilhão**

ARRECADADOS EM DÍVIDA ATIVA E PROGRAMA  
DE REGULARIZAÇÃO FISCAL (PROREFIS)

**166.417**

TÍTULOS PROTESTADOS (R\$ 6 BILHÕES)

- Fonte: Relatório CENPROT, p. 4501.
- \*\* Fonte: Boletim Mensal de Arrecadação, Sefa/PA.
- \*\*\* Amparo legal: Lei estadual N°8.870/2019

Com as Procuradorias Regionais instaladas em Santarém e Marabá, a PGE/PA marca presença em duas importantes regiões de integração: Baixo Amazonas e Carajás. A seguir, os destaques das equipes que atuam no interior do Estado:

## BAIXO AMAZONAS

- Ajuizamento de Ação Civil Pública no contexto do término do Contrato de Gestão do Hospital Regional com a Organização Social Pro-Saúde, visando depósito judicial de  
R\$ 11.717.000,00
- Defesa do Estado em Ação Civil Pública para reforma de setores do Hospital Regional. Ajuizada contra o Estado do Pará, com intensa participação da Regional Santarém em reuniões, inspeções judiciais e audiências.

**172.690\***

PROCESSOS MOVIMENTADOS  
NAS DUAS REGIONAIS EM 2023

## CARAJÁS

- Ação Civil Pública para depósito de verbas rescisórias dos trabalhadores da Organização Social Pro-Saúde no Hospital Regional Público do Sudeste do Pará (HRSPA).

**Contexto:** Ação inédita. O processo tem grande repercussão social e é marcado por forte atuação preventiva para resguardar interesses do Estado. Houve grande mobilização dos Procuradores e servidores, com diligências estratégicas na primeira e segunda instâncias do TRT8.

- Defesa do Estado em Ação Civil Pública para pagamento de verbas a trabalhadores do HRSPA, no contexto do término do Contrato de Gestão com a Organização Social Pro-Saúde, com pedido de danos morais coletivos de R\$ 300.000,00

**Contexto:** O processo possui grande repercussão social e desencadeou forte atuação preventiva da Regional Marabá. O Estado não foi condenado a pagar verbas rescisórias e o valor do dano moral coletivo foi significativamente reduzido.

\*Inclui processos de especializadas (PFAM, PDA).

Na sociedade contemporânea alguns conflitos podem atingir várias pessoas simultaneamente. Isso decorre da massificação social, que requer respostas jurídicas mais ágeis e assertivas. As **demandas repetitivas**, ou **demandas de massa**, correspondem a diversas ações sobre a mesma questão de direito, em demandas que podem, e devem, ser resolvidas pelos Tribunais Superiores..

Para a PGE/PA, a luta pela justiça representa um compromisso e, ao mesmo tempo, uma estratégia direcionada à promoção de isonomia e segurança jurídica. O tema é acompanhado pela Procuradoria de Demandas de Massa (**PDM**), que movimentou em 2023 cerca de **60 mil processos**, e apresenta os seguintes destaques:

CONTRATO  
TEMPORÁRIO -  
**FGTS**  
REGULARIDADE  
DOS 2 PRIMEIROS  
ANOS DE  
CONTRATO

Face a complexidade e as implicações legais associadas aos casos de contratos temporários que excedem o prazo de duração previsto na Lei Complementar N°07/1991 (*1ano, prorrogável, no máximo, por igual período, uma única vez*), a **PDM** definiu uma estratégia para assegurar soluções igualitárias em centenas de ações pendentes de julgamento no Poder Judiciário: instaurar o IRDR para **julgamento uniforme da questão**.



Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR):  
Instituto processual direcionado aos presidentes dos tribunais de segunda instância para suspender as ações que tratem da mesma controvérsia jurídica. Garante celeridade, segurança jurídica e isonomia.

A conquista de decisões favoráveis ao Estado em demandas que envolvem pedidos de escalonamento de soldo representa, no contexto da legalidade e da economia, um importante marco.

No sentido da legalidade, garante segurança jurídica e previne abusos, sendo essencial para o funcionamento adequado das instituições, aumento da confiança na administração pública e construção de uma sociedade onde todos são iguais perante a lei. **A legalidade é um alicerce crucial para a construção de sociedades justas, transparentes e democráticas.**

ESCALONAMENTO  
DE SOLDO

No sentido da economia, traduz-se em benefícios para todos, uma vez que **a gestão financeira eficaz, como medida de eficiência na prestação do serviço público, é essencial para o desenvolvimento da sociedade**.

A Procuradoria de Precatórios e Requisição de Pequenos Valores (**PRPV**) atualiza diariamente o controle de processos aptos a pagamento de Precatórios e RPVs. O controle dos débitos por tema é nominal (pelo valor requisitado, sem atualização), a partir de verificação de existência, ou não, de acordo via Câmara de Conciliação da PGE/PA.

Em 2023, a **PRPV** auditou 270 Precatórios e 4.023 RPVs, estes últimos nos seguintes temas:

**4.293**  
ANÁLISES DE ORDENS DE PAGAMENTO EM 2023

<b>Defensor dativo</b>	<b>1646</b>	(41%)
Pequeno valor	1189	
Conciliação	630	
Piso salarial	272	
Abono Polícia Civil	148	
Indiretas	104	
Fundações e Autarquias	34	

**A estimativa global de pagamentos em 2023 é de cerca de 53 milhões de Reais** (R\$53.436.221,45). Apenas com Defensores Dativos, tema de maior recorrência (41% das RPVs), a PGE/PA deve encerrar o ano com 1.646 RPV's pagas, que totalizam 10,5 milhões de Reais (R\$10.564.265,66).

O maior número de pagamentos acontece na Justiça Comum (ações cíveis propostas junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará) e o crescimento do número de ações ajuizadas tem sido historicamente absorvido pela PGE/PA, tanto com aumento da movimentação processual, quanto pelo número de ordens de pagamento atendidas.

A seguir, um entre vários destaques de 2023:

No Processo Judicial N° 0002452-74.2014.814.0018 o Estado foi condenado a pagar um Precatório de valor expressivo (cerca de R\$ 20 milhões, sem atualização), oriundo de indenização por desapropriação indireta, no Município de Belém. Seu pagamento deveria ocorrer ainda em 2023, mas a diligente atuação da **PRPV** resultou na proposição de Ação Civil Pública que suspendeu o pagamento e abriu espaço para o Estado discutir o título indenizatório.



Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPVs) são modalidades de pagamento decorrentes de processos judiciais com trânsito em julgado em ações movidas em face da Fazenda Pública. A grosso modo, Precatórios pagam dívidas maiores e RPVs, dívidas menores.

Liminar deferida. Concedida a Segurança. Embargos de Declaração acolhidos parcialmente, para reconhecer efeitos da Medida Cautelar na Suspensão de Segurança N°5.634/PA. Determinação de **suspensão dos efeitos das decisões proferidas** até o transito em julgado do mérito do Mandado de Segurança.

**SS 5634**

Obtenção de **suspensão dos efeitos de decisão cautelar pelo STF**

Tema: Concurso de Delegado de Polícia Civil (C-149)

Processo sobreposto por Recurso Extraordinário com **REPERCUSSÃO GERAL**

TEMA: INDENIZAÇÕES RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO ESTADO

Concedida tutela antecipada. Sentença parcialmente procedente. Acórdão improvido. Negado seguimento ao Recurso de Revista (RR) do Estado. Improvido o Agravo de instrumento em RR.

O **Estado interpôs Recurso Extraordinário e obteve suspensão do processo com Repercussão Geral no STF.**

**REPERCUSSÃO GERAL:**

Instituto processual que reserva ao STF o julgamento de temas que apresentam questões relevantes (econômicas, políticas, sociais ou jurídicas) que ultrapassam os interesses subjetivos da causa.

Escalonamento de  
**SOLDOS**

Trata-se de revogação tácita da Lei Estadual N°7.617/2012, que fixa Soldo das Corporações Militares do Estado, em decorrência da publicação da Lei Estadual N°9.271/2021. A PCTA elaborou **modelo de Contestação e as peças sobre o tema foram apresentadas pelo Robô Mana.**

A Procuradoria Fundiária, Ambiental e Minerária (**PFAM**) identificou indícios de grilagem de carbono no projeto REDD+ Vale do JARI, realizado pela empresa Jari com a Biofílica Ambipar Environment, que estaria incidindo sobre a Gleba “Arraiolos”, em Almeirim, arrecadada pelo Iterpa em 2018.

Em 2023, a **PFAM** reivindicou a Área Pública Estadual (APA) degradada para implantar projeto de regeneração ambiental e explorar crédito de Carbono.

### PROTEÇÃO ANIMAL

- Nota Técnica em PL aprovado como Código dos Animais;
- Ação Direta de Inconstitucionalidade sobre a Lei Estadual N° 9.593/22, que proíbe fogos de estampido/artifício e artefatos pirotécnicos ruidosos no Estado. O TJPA firmou entendimento de que não há inconstitucionalidade.

### INCREMENTO NA ARRECADAÇÃO

- Termo de Compromisso entre Estado, CODEC e Alunorte com aportes para o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado;
- Parecer N°441/2023 favorável à aplicação de 100% dos valores arrecadados com compensação ambiental pelo IDEFLOR-Bio.
- O Decreto N° 2369/2010 destinou a Gleba Bacajaí, no Município de Senador José Porfírio, para a agricultura familiar, sob gestão do IDEFLOR-bio. Em 2011, a FUNAI interditou parte da Gleba para estudos de caracterização da Terra Indígena Ituna/Itatá. A **PFAM** moveu ação para que FUNAI, ICMBio e IBAMA concluam procedimentos e o Estado possa implantar Unidade de Conservação ou Corredor Ecológico;
- Parecer sobre a Regulamentação da Consulta Livre, Prévia e Informada (CPLI), que visa garantir a povos indígenas e tribais participação efetiva no processo decisório da Administração.

- Ação Civil Pública (ACP) para responsabilizar empresa e gestores por dano ambiental causado pela ausência de dupla impermeabilização de lagoa no aterro sanitário de Marituba;
- Análise de Decreto e aprovação de Parecer para retificar o Canal do Toras e corrigir alagamentos na BR 316;
- Regularização imobiliária do Colégio Gentil Bittencourt, que resultou em contrato de cessão, com contrapartida de, no mínimo, 30 bolsas integrais ou 60 parciais, para alunos da rede pública estadual.

- Parecer sobre direito à indenização do titular do domínio do bem expropriado e, também, de quem tiver sobre ele direito real limitado ou direito de posse. Aplicável a títulos de concessão de uso para fins de moradia emitidos pela UFPA para ocupantes de áreas alcançadas por macrodrenagem do Tucunduba, em Belém;

- Atuação em ação de indenização por danos materiais e morais (Processo: 2022.01.025944), com pedido de indenização por dano emergente e lucro cessante pelo fato do Estado não ter cumprido liminar para retirar invasores da Fazenda Volta do Rio, localizada em Eldorado do Carajás. Condenado em R\$5.142.063,00, apenas em relação ao dano de perda de engorda do gado, o Estado tem chance de levar o tema ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), por descobrir que a parte moveu o gado para a área vizinha, de familiares, e não houve prejuízo.

- Reintegração de posse à COHAB, para assentamento de 10.420 pessoas no Residencial Liberdade I e II;
- Diversas liminares obtidas de modo célere para imissão na posse de imóveis na área do BRT e garantir avanços na obra.

A Procuradoria do Contencioso Administrativo (**PCAD**) atua em ações não judicializadas com complexidade política, social e econômica. Com foco em prevenção e economia, a especializada aproxima a PGE/PA do Tribunal de Contas do Estado (TCE), acompanha e controla todos os Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) da Administração Direta, com perspectiva de fazer o mesmo trabalho em relação a Autarquias e Fundações, a partir de 2024.

Nossos destaques em 2023:

- Representação do Consórcio Novo Pará ao TCE, em desfavor da SETRAN, por suposta inobservância de ordem cronológica de pagamentos em contrato firmado em caráter emergencial, para restauração, recuperação e conservação de trechos da PA-150. Após atuação da PCAD, **o TCE julgou a Representação improcedente** e manteve o contrato para evitar prejuízos ao Estado;
- TAC firmado em 2014 pelo Estado e Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) com o Ministério Público do Estado (MP/PA) para substituição de servidores temporários por efetivos (Concurso C218). A atuação articulada pela PCAD viabilizou resultou na **nomeação dos aprovados e encerramento de 94 contratos temporários**, com **arquivamento de processo** que tramitava há quase uma década;
- Representação formalizada pela empresa Limpar Limpeza e Conservação contra Pregão Eletrônico da Secretaria de Estado de Educação (Seduc) para contratação futura de empresa especializada em serviços de agente de portaria. A atuação da PCAD levou o TCE a julgar a Representação improcedente e determinar seu arquivamento. **A decisão permitiu a continuidade na prestação do serviço em 927 escolas públicas** e beneficiou 1.100 (mil e cem) trabalhadores contratados.

O Planejamento Estratégico Institucional (PEI), realizado em 2022, trouxe novas perspectivas organizacionais para a PGE/PA, ao revisitar seu direcionamento estratégico e atualizar Missão, Visão, e Valores. Também construiu objetivos a partir de 4 perspectivas – Aprendizagem e Pessoas; Estado e Sociedade; Processos; e Financeiro – que compõem o Mapa Estratégico da instituição.

No decorrer de um ano após a conclusão do PEI, algumas ações referentes aos objetivos estratégicos foram realizadas, como resultado do compromisso assumido pela instituição de transformar o planejamento em realidade.

Em 2023, a ação prioritária foi a elaboração dos fluxos dos principais processos de todos os setores. Ação de grande importância, por permitir enxergar oportunidades, entraves e dificuldades, exigiu a capacitação prévia dos servidores, marcando o início do futuro Programa de Desenvolvimento Institucional. Tais mapeamentos comporão o manual de fluxos e procedimentos da instituição e acompanham a ação estratégica relacionada ao amadurecimento da gestão.

Ainda nesse sentido, outras ações merecem destaque, a exemplo dos novos procedimentos para contratação de bens e serviços, levando em conta a conjuntura da nova Lei de Licitações, que demandou a estruturação de novas rotinas internas e a capacitação de pessoal.

Outro destaque recai sobre os estudos realizados, e projetos elaborados, para reestruturação física do prédio sede, com vistas a otimizar espaços ociosos e readequar setores com necessidade de ampliação de espaço físico. A ação de reestruturação da infraestrutura tecnológica foi outro grande avanço, pois permitiu dialogar sobre parcerias institucionais, como o Parque de Ciência e Tecnologia (PCT) Guamá sobre armazenamento de dados, segurança digital, e desenvolvimento de sistemas.

Em relação ao último item citado, seu principal projeto associado foi o Sistema de Conciliação (SISCAM), ação estratégica em relação ao tratamento de dados que após implementação, passará a atender a Câmara de Conciliação, a Procuradoria de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor e as Regionais Marabá e Santarém, para ampliar ações de controle, transparência e celeridade.

A gestão de pessoas na PGE/PA tem relação direta com os valores: **ética, excelência, humanização, inovação, e profissionalismo.**

Em 2023 a PGE/PA continuou investindo na gestão assertiva do capital humano. Com isso, manteve exigência de **40 horas de capacitação** por servidor da área-meio para fins de Gratificação de Desempenho de Procuradoria (GDAP).

Nesse contexto, **215 pessoas se capacitaram**, com média de **58h/pessoa**, em áreas como informática, saúde e segurança, ambiente organizacional, ética etc. Somado, o quantitativo das horas de aprendizagem alcança **2.367 horas de capacitação/ano na área meio.**

pessoas capacitadas  
2022      2023

**228      215**  
(meta institucional)

**72      139**  
(FUNPGE)

Em relação a capacitações com recursos do FUNPGE, **139 pessoas** foram capacitadas em 2023 (incremento de 93% em relação a 2022.

2022	2023
448	493
remuneração	
338	366
auxílio alimentação	
239	261
vale transporte	
média/pessoas	

Em 2023, a PGE/PA remunerou em média 493 pessoas/mês, com lotação majoritária (94%, 464 pessoas/mês) na Região Guajará (Belém), proporção estabilizada nos últimos anos.

Em média, 366 pessoas receberam auxílio alimentação e 261 receberam auxílio transporte mensalmente\*.

\* Para o cálculo são consideradas as pessoas remuneradas, independente do vínculo (efetivo, comissionado, estagiário e membros do Conselho Superior e da Corregedoria).

Em relação ao panorama da atividade-meio da PGE/PA, suas competências regimentais são atribuídas a **duas Diretorias** imprescindíveis para a consecução da missão institucional:

- Diretoria Administrativa e Financeira (DAF); e
- Diretoria de Tecnologia da Informação e Gestão Documental (DTIGD).

Estruturadas em **quatro Coordenações**, que articulam **sete Gerências**, a equipe de **73 pessoas** que atuam nas duas Diretorias responde pelo suporte técnico e administrativo do Órgão, com responsabilidade sobre logística, aquisições, orçamento, tecnologia e gestão de pessoas.

Singularidades  
que exigiram  
ajustes em  
2023:

- **Retomada do trabalho presencial** pós pandemia;
- Início da execução do **PEI**;
- Ajustes da **nova Lei de Licitações e Contratos** (14.330/2021);
- **Ampliação do atendimento presencial ao cidadão**;
- **Aumento do quadro** em 209 pessoas:
  - **32** Servidores (Concurso C-209) - 29 permanecem;
  - **9** Procuradores de Estado (XXI Concurso de Procurador);
  - **171** Consultores Jurídicos e Procuradores Autárquicos e Fundacionais, com a Lei N° 9.880/2023.

A avaliação da Coordenação Administrativa (**COAD**) sobre a implementação de ações do PEI (estabelecido sobre as perspectivas Aprendizagem e Crescimento; Estado e Sociedade; Processos; e Financeira), indica mais avanços nas duas primeiras perspectivas, mas a dinâmica da PGE/PA torna impraticável acompanhar as ações de uma perspectiva, sem considerar sua interdependência com as demais, no sentido de validar e reforçar a interconexão que as caracterizam. A seguir, uma breve avaliação do avanço das principais ações.

## Aprendizagem e Crescimento

A ESAP teve protagonismo, com a dinamização da oferta de treinamentos em diferentes temáticas, principalmente na área jurídica, a partir da contratação de servidores e Procuradores para favorecer abordagens e aplicação prática de saberes e conhecimentos.

No ano em que o Estado implementou o Programa Qualifica Servidor, para reforçar a importância da capacitação e atualização de conhecimento no serviço público estadual, o destaque da PGE/PA foi a meta institucional anual, relacionada à exigência de 40 horas de capacitação por servidor, em campo do conhecimento aderente às atribuições, e vinculada ao recebimento de Gratificação de Desempenho de Procuradoria (GDAP).

Ainda sob a mesma perspectiva, mas também com contribuições em relação à perspectiva “Processos”, com a vigência da Nova Lei de Licitações e Contratos (Nº14.133/2021), o Decreto Estadual Nº2.227/2022 exigiu da PGE/PA a publicação da Portaria Nº212/2023-PGE.G, que instituiu novos instrumentos para a aquisição de bens, serviços e obras.

### **Processos**

A revisão e remodelagem de procedimentos para atender exigências estratégicas, táticas e operacionais da governança teve início com a oficina de mapeamento de processos e construção de fluxos, realizada em 28 e 29 de março de 2023. A medida seguirá evoluindo pela relevância da visão organizacional sistêmica na administração pública.

### **Estado e Sociedade**

A descentralização da atuação institucional, com a implantação do Núcleo Consultivo da Administração Direta (NUCAD), ampliou o raio de atuação da PGE/PA e favoreceu sua proatividade, demandando ajustes em relação à disponibilização de recursos humanos e de infraestrutura.

Na prática, a relação direta com a sociedade já vinha sendo estreitada com o Serviço de Informação do Cidadão (SIC), mas adquiriu novo patamar com a implantação e ampliação da conciliação, pela via da inovação na prestação de serviços à sociedade para reduzir litigiosidade e ampliar acesso à justiça.

Por fim, cabe refletir, que o enfrentamento da pandemia, e do período pós-pandêmico, com retorno das atividades presenciais, o acolhimento adequado das pessoas só foi possível pelo avançado estágio de amadurecimento institucional, a exemplo da Gestão Documental que foi implementada para desmaterializar arquivos físicos. Esse novo momento revelou novas áreas prioritárias em relação à gestão do capital humano, como a discussão de políticas de igualdade de gênero e de qualidade de vida no trabalho.



## GOVERNANÇA PÚBLICA

- Capacitação
- Construção e Conservação
- **Defesa dos Direitos do Estado**
- Edição e Publicação de Atos
- Tecnologia da Informação

## MANUTENÇÃO DA GESTÃO

- Abastecimento
- Auxílio Alimentação
- Auxílio Transporte
- Ações Administrativas
- Recursos Humanos

A defesa de direitos do Estado é ação exclusiva da PGE/PA no PPA (entrega a missão).  
Produto: processo analisado/mês.

A PGE/PA atua em três Regiões de Integração:  
i) Guajará; ii) Baixo Amazonas; e iii) Carajás e administra duas fontes de recurso: a) Tesouro Ordinário; e b) Tesouro Vinculado (FUNPGE).

A PGE/PA atua em três Regiões de Integração: i) Guajará; ii) Baixo Amazonas; e iii) Carajás, e administra duas fontes de recurso: a) Tesouro Ordinário; e b) Tesouro Vinculado (FUNPGE).

**R\$130.685.524,83**

Orçamento  
empenhado  
em 2023

**R\$ 129.940.375,89**

Orçamento  
liquidado  
em 2023

**excelente desempenho**  
da execução orçamentária

## UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PGE/PA

**99,5%**

do valor empenhado  
foi liquidado

**0,5%**

restos a pagar

## UNIDADE ORÇAMENTÁRIA FUNPGE

**98%**

do valor empenhado  
foi liquidado

**2%**

restos a pagar

Análise dos dados do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (Sigplan) e do Sistema Integrado de Administração Financeira de Estados e Municípios (Siafem) em **18.01.2024**.

Em relação à **Unidade Orçamentária PGE/PA**, o programa Manutenção da Gestão recebeu maior dotação orçamentária (96% do orçamento). Em relação à execução, o programa Governança Pública apresentou melhor desempenho (98% dos valores empenhados integralmente liquidados).

Programa	Soma de EMPENHADO	Soma de LIQUIDADO
Governança Pública	R\$4.552.047,40	R\$4.470.125,67
Manutenção da Gestão	R\$111.555.568,08	R\$111.168.829,89
<b>Total Geral</b>	<b>R\$116.107.615,48</b>	<b>R\$115.638.955,56</b>

Ainda nessa Unidade Orçamentária (**PGE/PA**), o programa Manutenção da Gestão empregou a maior parte do orçamento na ação “operacionalização das ações de recursos humanos” (folha de pagamento), enquanto a Governança Pública priorizou ações de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (GTIC).

Programa / ação	Soma de EMPENHADO	Soma de LIQUIDADO
<b>Governança Pública</b>	<b>R\$4.552.047,40</b>	<b>R\$4.470.125,67</b>
Capacitação de Agentes Públicos	R\$134.228,19	R\$134.228,19
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	R\$0,00	R\$0,00
Defesa dos Direitos do Estado	R\$200.357,05	R\$193.089,22
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	R\$88.999,00	R\$64.345,10
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	R\$4.128.463,16	R\$4.078.463,16
<b>Manutenção da Gestão</b>	<b>R\$111.555.568,08</b>	<b>R\$111.168.829,89</b>
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	R\$38.996,54	R\$28.568,29
Concessão de Auxílio Alimentação	R\$4.710.749,67	R\$4.724.202,46
Concessão de Auxílio Transporte	R\$256.161,50	R\$255.933,89
Operacionalização das Ações Administrativas	R\$2.390.543,68	R\$2.106.038,30
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	R\$104.159.116,69	R\$104.054.086,95
<b>Total Geral</b>	<b>R\$116.107.615,48</b>	<b>R\$115.638.955,56</b>

Corroborando a informação anterior, a análise do desembolso orçamentário em relação ao grupo de despesa indica que a maior fatia do orçamento foi alocada no programa Manutenção da Gestão, responsável pela execução de despesas com pessoal e encargos sociais.

Grupo de despesa	Soma de EMPENHADO	Soma de LIQUIDADO
Investimentos	R\$0,00	R\$0,00
Outras Despesas Correntes	R\$12.618.336,98	R\$12.254.706,80
Pessoal e Encargos Sociais	R\$103.489.278,50	R\$103.384.248,76
<b>Total Geral</b>	<b>R\$116.107.615,48</b>	<b>R\$115.638.955,56</b>

Análise dos dados do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (Sigplan) e do Sistema Integrado de Administração Financeira de Estados e Municípios (Siafem) em **18.01.2024**.

Em 2023, a **Unidade Orçamentária FUNPGE/PA** alocou 100% do orçamento no programa Governança Pública, com execução de 98%.

Programa	Soma de EMPENHADO	Soma de LIQUIDADO
Governança Pública	R\$14.577.909,35	R\$14.301.420,33
<b>Total Geral</b>	<b>R\$14.577.909,35</b>	<b>R\$14.301.420,33</b>

Nessa Unidade Orçamentária, a maior parte do orçamento foi alocada na “defesa de direitos do estado”, para custeio e investimentos.

Programa / Ação	Soma de EMPENHADO	Soma de LIQUIDADO
■ Governança Pública	R\$14.577.909,35	R\$14.301.420,33
Capacitação de Agentes Públicos	R\$1.250.607,88	R\$1.246.221,88
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	R\$113.800,43	R\$113.800,43
Defesa dos Direitos do Estado	R\$13.213.501,04	R\$12.941.398,02
<b>Total Geral</b>	<b>R\$14.577.909,35</b>	<b>R\$14.301.420,33</b>

O grupo de despesa “outras despesas correntes (ODC)” recebeu a maior parte do orçamento, com destaque para as despesas com contratação de pessoa jurídica..

Ação / Grupo de despesa	Soma de EMPENHADO	Soma de LIQUIDADO
■ Capacitação de Agentes Públicos	R\$1.250.607,88	R\$1.246.221,88
Outras Despesas Correntes	R\$1.250.607,88	R\$1.246.221,88
■ Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	R\$113.800,43	R\$113.800,43
Investimentos	R\$113.800,43	R\$113.800,43
■ Defesa dos Direitos do Estado	R\$13.213.501,04	R\$12.941.398,02
Investimentos	R\$764.062,95	R\$764.062,95
Outras Despesas Correntes	R\$12.449.438,09	R\$12.177.335,07
<b>Total Geral</b>	<b>R\$14.577.909,35</b>	<b>R\$14.301.420,33</b>

Grupo / elemento de despesa	Soma de EMPENHADO	Soma de LIQUIDADO
■ Investimentos	R\$877.863,38	R\$877.863,38
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - 449052	R\$764.062,95	R\$764.062,95
OBRAS E INSTALACOES - 449051	R\$0,00	R\$0,00
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA - 449039	R\$113.800,43	R\$113.800,43
■ Outras Despesas Correntes	R\$13.700.045,97	R\$13.423.556,95
AUXILIO-TRANSPORTE - 339049	R\$2.568,00	R\$2.568,00
CONTRIBUICOES - 335041	R\$83.074,62	R\$83.074,62
DIARIAS - CIVIL - 339014	R\$201.113,51	R\$201.113,51
INDENIZACOES E RESTITUICOES - 339093	R\$24.337,73	R\$24.337,73
MATERIAL DE CONSUMO - 339030	R\$161.181,88	R\$117.681,88
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA - 339036	R\$115.568,01	R\$111.183,01
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA - 339039	R\$12.498.459,33	R\$12.269.856,31
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO - 339033	R\$613.742,89	R\$613.741,89
<b>Total Geral</b>	<b>R\$14.577.909,35</b>	<b>R\$14.301.420,33</b>

Análise dos dados do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (Sigplan) e do Sistema Integrado de Administração Financeira de Estados e Municípios (Siafem) em **18.01.2024**.



## PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ

[www.pge.pa.gov.br](http://www.pge.pa.gov.br)  
[chefiagab@pge.pa.gov.br](mailto:chefiagab@pge.pa.gov.br)  
(91) 3344-270

Rua dos Tamoios, 1671  
Batista Campos  
Belém / PA  
CEP: 66.025-54

@pge\_pa  
@PGE - Procuradoria-Geral do Estado do Pará